

Esses trabalhadores são obrigados, por força da lei, a estarem filiados a esses conselhos, ou a essas ordens. O mesmo acontecia com a Ordem dos Músicos do Brasil. Porém, isso era um absurdo total. Até porque, o músico não coloca em risco a segurança, a vida e nem a liberdade das pessoas. Por isso que não havia necessidade de uma filiação compulsória, obrigatória a esse tipo de organismo.

Há muitos anos os músicos estavam se mobilizando para se libertar dessa obrigatoriedade. Não que eles tivessem algo contra a Ordem dos Músicos do Brasil. A reivindicação que eles estavam fazendo, e que debatesmos exaustivamente aqui na Assembleia Legislativa, através de audiências públicas, de seminários, de debates, através da formulação de projetos de lei, e mesmo dessa representação ao Ministério Público, era no sentido de libertar os músicos da obrigatoriedade do pagamento da anuidade - esse era um ponto importante. E também libertar os músicos do processo de fiscalização, porque a Ordem fiscalizava o trabalho desses músicos, tentava disciplinar o trabalho desses trabalhadores. Inclusive, interrompendo apresentações artísticas, shows; exigindo a nota contratual, exigindo a carteira da Ordem dos Músicos, que só era adquirida se o músico estivesse associado à Ordem dos Músicos do Brasil.

Então, com a nossa ADPF, que foi julgada procedente... Eu digo “nossa” porque ela saiu do nosso mandato, junto com os músicos do estado de São Paulo. E ela representa, como eu disse, uma antiga reivindicação dos músicos do Brasil. Então, foi uma vitória importante.

A partir de agora, a Ordem dos Músicos vai continuar existindo, mas não será mais compulsória, obrigatória a filiação dos músicos a ela. Hoje, o músico tem liberdade profissional; ele pode trabalhar. Logicamente, pode se filiar à Ordem dos Músicos ou ao Sindicato dos Músicos, que cumpre também esse papel importante de defesa dos interesses desses trabalhadores músicos, que trabalham em bares, restaurantes, casas de shows. Então, eles têm a sua representação, que é o sindicato, e podem continuar também, se quiserem, filiados à Ordem dos Músicos do Brasil.

Mas eu quero ressaltar que foi uma vitória importante, que foi produzida, na verdade... Todo o processo foi produzido aqui em São Paulo, através da nossa APDF. Eu mesmo tive a oportunidade de ir ao Supremo Tribunal Federal pelo menos três vezes e tive audiência com o ministro que, na época, era o relator da nossa APDF no 183, o ministro Ayres Britto, que nos recebeu. Nós debatemos e descobrimos, inclusive, que ele era músico. Um grande poeta e era músico também. Seu filho, também, um grande violonista.

Depois que ele saiu do Supremo, a APDF foi relatada pelo Teori Zavascki, que depois faleceu. Nós tivemos uma audiência com ele também, debatemos a importância do julgamento dessa APDF. Enfim, tivemos encontros com ministros aqui em São Paulo e em Brasília, sensibilizando o Supremo Tribunal Federal, inclusive também com abaixo-assinado eletrônico. Houve, enfim, uma grande mobilização aqui em São Paulo, com apoio dos músicos do Brasil inteiro.

Então, a nossa APDF foi vitoriosa e libertou os músicos do pagamento da anuidade e da fiscalização da Ordem dos Músicos. Agora, os delegados da Ordem dos Músicos do Brasil não podem mais interromper shows, multar estabelecimentos por conta da não filiação de músicos à Ordem. Porque isso acontecia, existia intervenção de funcionários e, sobretudo, de delegados da Ordem dos Músicos em shows, em apresentações artísticas, pedindo a carteira da Ordem, pedindo a nota contratual. Então, essa função a Ordem dos Músicos não terá mais; e os músicos não terão mais que prestar satisfação.

Nós defendemos, sim, uma regulamentação da profissão dos músicos, porque são profissionais, são trabalhadores, devem ter todos os direitos que os demais trabalhadores têm. Isso nós defendemos; a única coisa que nós não defendemos é a filiação compulsória à Ordem dos Músicos do Brasil, porque aquilo se tornou uma verdadeira aberração, algo anacrônico, que afrontava a Constituição Federal. Por isso que nós vencemos essa luta no Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente.

Nós realizamos, aqui, muitas audiências públicas, tivemos a participação de deputados, até de deputados evangélicos, porque a Ordem dos Músicos queria até mesmo cobrar a anuidade de músicos em igrejas. Músico gospel era também cobrado, ele tinha que ter carteira, tinha que ter filiação. Havia um movimento até das próprias igrejas, sobretudo evangélicas, contra essa medida da Ordem dos Músicos, que vem desde 1960.

Então, eu quero parabenizar todos os deputados que ajudaram, mas, sobretudo, os músicos do estado de São Paulo, que fizeram um grande movimento aqui na Assembleia Legislativa pela aprovação da nossa ADPF no Supremo Tribunal, que liberta os músicos do pagamento da anuidade. Um absurdo, deputada Márcia Lia, um músico, para trabalhar, ele tinha que pagar anuidade. Isso acabou no Brasil. E eu fico muito orgulhoso que essa libertação saiu aqui da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sr. Presidente, para encaminhar pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para encaminhar, tem V. Exa. o tempo regimental, pela liderança da Minoria.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Deputado Carlos Gian-nazi, como não me foi possível parabenizá-la no microfone de apartes, eu o faço neste momento, porque realmente era uma injustiça muito grande atrapalhar as pessoas que querem fazer cultura neste País. É um absurdo. Então, parabéns por ter conseguido fazer com que o Supremo Tribunal Federal, apesar de 10 anos depois, fizesse justiça por meio dessa ADPF. Parabéns.

Mas o que me traz aqui, na verdade, é conversar um pouquinho com os nossos deputados, com as nossas deputadas, e com as pessoas que nos assistem sobre a situação em que se encontram os nossos policiais militares, tanto os da ativa quanto os aposentados. Na mesma situação se encontram os escrivães de Polícia, no estado de São Paulo. Da mesma forma, os delegados de Polícia, conforme disse o deputado Campos Machado, que tem aí o salário... Muitas vezes o salário de final de carreira do delegado de Polícia é correspondente a alguns que estão no início de outras carreiras.

Eu tenho recebido, no meu gabinete, delegados, escrivães de Polícia, tenho recebido investigadores de Polícia, médicos legistas. A situação da Polícia Militar e da Polícia Civil, no estado de São Paulo, é deprimente. E na última semana nós tivemos, na tarde da sexta-feira, os policiais do estado de São Paulo se reuniram na Praça da Sé para fazer uma grande manifestação em defesa da integralidade, da paridade entre os policiais ativos e inativos. Foram mais de cinco mil pessoas que se reuniram ali, entre policiais militares, policiais civis, bombeiros, todos aqueles que se encontram aí extremamente insatisfeitos com a falta de paridade entre os da ativa e os inativos.

E essa situação vem se perpetuando ao longo dos 25 anos que o governo é liderado pelo PSDB. Nós temos uma situação em que os nossos policiais recebem o segundo menor salário. É isso, Delegado Olim? A situação do salário dos delegados do estado de São Paulo é deprimente, deprimente. A situação de injustiças diárias que são cometidas com os policiais civis e com policiais militares e com toda a categoria é um negócio assustador. Quando a gente conversa com as pessoas, a gente fica assustada de saber o nível de... o nível de condições estruturais de trabalho, além do assédio a que essas pessoas são submetidas diariamente aí nas relações de trabalho que mantêm.

Eu tenho aqui uma matéria que foi publicada também - deixe-me ver aqui que dia, acho que foi no dia 27 -, uma matéria que foi publicada pela jornalista Mariana Ferrari, onde ela mostra que foi feito um estudo. E esse estudo, pasmem, mostra que o suicídio é a principal causa de morte de policiais civis. A situação é tão dramática que nós temos um índice três vezes maior do que seria suportável de suicídios entre os policiais civis e militares.

Tem um relato de um policial que diz assim, que o mundo desaba em você quando você chega na sua casa, porque você acaba sendo submetido a condições desumanas de trabalho, por conta do horário, por conta da falta de estrutura, por conta dos baixos salários, por conta do assédio moral a que são submetidos diariamente, por conta da falta de diálogo, por conta da agressividade, que muitas vezes eles têm que suportar, para continuar mantendo os seus salários.

Segundo uma pesquisa que foi feita pela Ouvidoria da Polícia do estado de São Paulo, junto com o Conselho Federal de Psicologia, somente entre os anos de 2017 e 2018, foram 78 policiais que cometeram suicídio no estado de São Paulo. Eu vou repetir, 78 policiais cometeram suicídio no estado de São Paulo.

Então, é uma carreira que, de fato, faz com que as pessoas sofram muito, com que as pessoas tenham perdas significativas na sua qualidade de vida, com que as pessoas sofram agressões, sofram assédios morais. A Secretaria de Segurança Pública...

Desde o meu primeiro dia aqui nesta Assembleia, quando fiz a primeira conversa com o Secretário de Segurança Pública, no ano de 2015, o que tem sido dito para nós, o que tem sido informado para nós é que vamos melhorar as condições de trabalho, vamos fornecer mais condições, condições mais dignas, condições mais humanas, condições mais objetivas para que os policiais civis e militares possam trabalhar da melhor forma, tenham mais condição de exercer o seu mister, de fazer com que o estado de São Paulo seja um estado seguro, e a gente sabe que isso não é verdade.

São 12 horas de trabalhos exaustivos, muitas vezes não tendo quem substitua aquele profissional. Ele tem que submeter a uma carga suplementar, às vezes de seis horas, às vezes de outras 12 horas, e não tem os equipamentos necessários para fazer as diligências que são necessárias para a aferição dos crimes que foram cometidos.

Então, a situação é lastimável, e as promessas se dão todos os anos que a gente tem eleição. Todo mundo vai resolver os problemas da Segurança Pública. Todo mundo vai resolver os problemas dos policiais militares e dos policiais civis. Todo mundo vai fazer com que o mundo de Barbie chegue até os policiais, e a gente sabe que no dia seguinte, quando se assume, aí não tem orçamento, não tem dinheiro, não tem condições, não tem como chamar quem está no concurso, e os nossos policiais, muitas vezes pelos baixos salários, pelas precárias condições de trabalho, e também os nossos policiais que dedicaram as suas vidas, que trabalharam muito, enquanto servidores públicos, são submetidos, quando se aposentam, a um salário muitas vezes aviltante, e é isso que nós queremos enfrentar aqui nesta Casa.

Nós não vamos aceitar mais essas desculpas esfarrapadas que têm sido dadas aí para os deputados. São desculpas esfarrapadas, porque nós precisamos encarar, de fato, os problemas que nós temos no estado de São Paulo, e esse problema da Segurança Pública, e dos servidores que compõem a Secretaria de Segurança Pública é algo inadmissível.

- Assume a Presidência o Sr. Cauê Macris.

Faltam médicos legistas, falta estrutura para os médicos legistas atuarem, falta estrutura para os escrivães de polícia. Muitas vezes, Campos Machado, quem coloca o recurso humano necessário na delegacia é a prefeitura, que já está extremamente inchada com a quantidade de saúde que tem que fornecer para a população, com a Educação, em que faltam recursos.

E aí quem paga o combustível, muitas vezes, quem paga alimentação, quem faz com que as delegacias de polícia funcionem são as prefeituras, que colocam servidores da prefeitura, estagiários da prefeitura, pessoas que têm vínculo com o município para suprir a ineficiência do estado na questão da Segurança Pública.

Aliás, diga-se de passagem, não é só na Segurança Pública. É na Educação, é na Saúde. A gente tem visitado e visto escolas caindo aos pedaços. A gente tem visto a situação de inúmeras escolas estaduais, que não têm a menor condição para nossas crianças, nossos alunos e nossos professores. Também a quantidade de professores que se afastam por moléstias do trabalho são infinitamente grandes. O Estado precisa dar respostas à população do estado de São Paulo.

Muito obrigada.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, para encaminhar pelo PTB, mas eu gostaria de ceder à nobre deputada... Vossa Excelência quer fazer um... Não?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só lembrando que temos quatro minutos de tempo remanescente da sessão.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem interesse em encaminhar esses quatro minutos, deputado Campos? Ou podemos votar essa urgência e, no início da próxima sessão, às 19:10, V. Exa. sobe à tribuna?

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Se for para atender a um pleito de V. Exa., eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Item 3 - Requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 4, de 2019.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Item 4 - Há sobre a mesa requerimento de urgência para o Projeto de lei nº 672, de 2019.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Item 5 - Há sobre a mesa requerimento de urgência do Projeto de lei nº 346, de 2019. Para falar contra o requerimento de urgência, a deputada Monica Seixas, pelo tempo de três minutos remanescentes da sessão.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Presidente, quero fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A oradora já está tribuna. Vou passar a palavra. Se V. Exa. quiser dar um aparte, pode dar um aparte à deputada Márcia Lia.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Ok, aparte dado.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Eu quero, na verdade, como eu estava falando da questão dos policiais militares, dos policiais civis, da situação que a gente vivencia no estado de São Paulo em relação à polícia, quero reforçar aqui o que eu vinha dizendo, porque tivemos em Araraquara uma situação de uma abordagem catastrófica que foi feita pelos nossos policiais a um morador de rua. Eles assassinaram um morador de rua e isso se dá por uma razão muito simples: é o nível de stress em que nossos policiais se encontram, é o nível de cansaço, é o nível de insatisfação em que eles se encontram.

E também tivemos uma situação com o Thiago, que é um companheiro nosso, militante político lá em Araraquara, que estava na Praça de Santa Cruz entregando o seu material, o seu jornalzinho, para as pessoas que se encontravam naquele local. Ele estava com seus dois filhos, uma menininha e um menino, que estavam sentados na escadaria da igreja, na Praça de Santa Cruz. E o pai estava ali, distribuindo, entregando jornaizinhos, quando o menino foi abordado por cinco policiais. Um garotinho de acho que 9 ou 10 anos de idade foi abordado pelos policiais que se encontravam ali...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputada Márcia Lia, eu vou pedir desculpas a V. Exa., mas são 19 horas, nós não temos mais sessão para dar continuidade.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Eu termino depois.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vossa Excelência tem o tempo remanescente para o próximo momento de discussão deste requerimento de urgência de 13 minutos e 14 segundos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, antes de dar por levantados os trabalhos, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão, ou seja, às 19 horas e 10 minutos.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

1 DE OUTUBRO DE 2019 48ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão.</p> <p>2 - PAULO LULA FIORILO Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos, por acordo de lideranças.</p> <p>3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defero o pedido e suspende a sessão às 19h11min; reabrindo-a às 19h29min.</p> <p>4 - GILMACI SANTOS Para comunicação, parabeniza o deputado Sebastião Santos pelo seu aniversário. Solicita a suspensão da sessão por dez minutos, por acordo de lideranças.</p> <p>5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defero o pedido e suspende a sessão às 19h30min; reabrindo-a às 19h42min.</p> <p>6 - TEONILIO BARBA LULA Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.</p> <p>7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defero o pedido e suspende a sessão às 19h42min; reabrindo-a às 19h51min. Coloca em votação o PL 752/19. Declara aprovada a consulta às lideranças, para que seja dado conhecimento da íntegra e votada a citada emenda aglutinativa ao PL 752/19, sendo dispensada a sua leitura.</p> <p>8 - CAMPOS MACHADO Solicita a publicação da emenda aglutinativa ao PL 752/19.</p> <p>9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Defero o pedido. Determina a publicação no "Diário Oficial" da emenda aglutinativa ao PL 752/19. Encerra a discussão e coloca em votação o PL 836/19. Suspende a sessão por dois minutos, por conveniência da Ordem às 19h52min; reabrindo-a às 19h53min.</p> <p>10 - CARLÃO PIGNATARI Para comunicação, informa ao Sr. Presidente que foi acordado entre as lideranças que seria dado por discutido o projeto por duas horas. Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Anota o pedido.</p> <p>12 - TEONILIO BARBA LULA Para comunicação, parabeniza os deputados Beth Sáhão e Sebastião Santos pelo aniversário hoje.</p> <p>13 - CARLÃO PIGNATARI Para comunicação, cumprimenta o secretário da Casa Civil Malufinho pelo seu aniversário, também hoje.</p> <p>14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Parabeniza o secretário. Defero o pedido do deputado Carlão Pignatari. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.</p> <p>Ordem do Dia.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se à</p>

ORDEM DO DIA
<p>***</p> <p>O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria consultar se é possível a gente continuar suspensos por mais 15 minutos para podermos tentar uma...</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Consulto os líderes presentes em plenário se concordam com a suspensão dos nossos trabalhos por 15 minutos.</p> <p>Havendo concordância, estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.</p> <p>***</p> <p>- Suspensa às 19 horas e 11 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 29 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reaberta a sessão.</p> <p>O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, só pedir para suspender os nossos trabalhos por mais cinco minutos, mas antes gostaria de comunicar que hoje está fazendo aniversário nosso líder do Republicanos, deputado Sebastião Santos. E a deputada Beth Sáhão também. Dois aniversariantes de hoje.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Uma salva de palmas ao deputado Sebastião Santos e à deputada Beth Sáhão, aniversariantes do dia. (Palmas.)</p> <p>O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - E suspender por 15 minutos.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - quinze minutos? O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Cinco minutos.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Dez minutos.</p> <p>O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Dez minutos.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Dez minutos, então. Havendo acordo de lideranças, estão suspensos os nossos trabalhos por 10 minutos.</p> <p>***</p> <p>- Suspensa às 19 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 42 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p> <p>O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, nobre deputado Barba.</p> <p>O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, pedir a suspensão por mais cinco minutinhos.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto aos líderes presentes no plenário se concordam com a suspensão por mais cinco minutos dos trabalhos. Havendo concordância, estão suspensos os nossos trabalhos por mais cinco minutos.</p> <p>***</p> <p>- Suspensa às 19 horas e 42 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 51 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p>

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reaberta a sessão.

Item nº 1, votação do Projeto de lei nº 752, de 2019, de autoria do Sr. Governador.

Em votação.

Há sobre a mesa emenda aglutinativa com o número regimental de assinaturas dos senhores líderes, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno.

Esta Presidência, nos termos do art. 175, § 1º do Regimento Interno, consulta se os líderes presentes em plenário concordam em dar conhecimento e colocar em votação a emenda aglutinativa.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Para requerer a publicação da emenda.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Nos mesmos termos esta Presidência determina a publicação do texto resultante da fusão.

Item 2, discussão e votação do Projeto de lei nº 836, de 2019.

Em discussão. Não havendo oradores...

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, presidente.

Para encaminhar...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo oradores inscritos, está...

Estão suspensos os nossos trabalhos por dois minutos.

- Suspensa às 19 horas e 52 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 53 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reaberta a sessão, para discutir o projeto contra...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo de lideranças, para dar por duas horas discutido esse projeto, o Projeto 836, de 2019.

Eu peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Quantas horas de acordo?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Duas horas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto a todos os líderes do plenário se concordam com a proposta do líder do Governo de dar por duas horas discutido esse projeto.

Havendo anuência de todos os líderes, está registrado o acordo.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Só para anunciar aqui e parabenizar a nossa aniversariante, nossa companheira Beth Sáhão. Minha companheira de banda.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Da mesma forma que fizemos para o deputado Sebastião...

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Tem outra pessoa, quem é? O Sebastião?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sebastião Santos.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sebastião Santos, quero parabenizar V. Exa. pelo aniversário. Que Deus proteja vocês dois.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto aos líderes se podemos levantar a sessão, à solicitação do líder do Governo.

Havendo acordo, está...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB – PARA COMUNICAÇÃO - Hoje também é aniversário do Malufinho, nosso secretário da Casa Civil de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado aqui o desejo de parabéns.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Estive duas vezes com ele e não o cumprimentei. Vou ligar para ele agora.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estão levantados os nossos trabalhos.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 54 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 04/10/2019

EXONERANDO, a pedido, nos termos da 1ª parte do item 1 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

ALEXANDRE ALMEIDA MARKLEW, RG nº 334726980, matrícula nº 23133, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE LEGISLATIVO ADMINISTRATIVO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 07/10/2019.

(Decisão nº7914/2019);

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

DANIEL FRANCELINO TEODORO, RG nº 399952615, matrícula nº 25915, do cargo que vem exercendo, em comissão, de JORNALISTA, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei nº 12803/2008, a partir de 02/10/2019.

(Decisão nº7915/2019);

WALDEMAR RAMOS DA TRINDADE, RG nº 92360683, matrícula nº 29249, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR LEGISLATIVO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 02/10/2019.

(Decisão nº7916/2019);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CINARA PERONI FELIX SANTOS, RG nº 250868994, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE LEGISLATIVO ADMINISTRATIVO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ALEXANDRE ALMEIDA MARKLEW.

(Decisão nº7917/2019);

INEZ APARECIDA SIQUEIRA, RG nº 16853915, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MARIA DE LOURDES PIMENTA.

(Decisão nº7918/2019);

JULIANA DE OLIVEIRA MARINHO, RG nº 22508609-8, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR TÉCNICO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de MANUELA SALU MIRANDA SÁ.

(Decisão nº7919/2019);